

SINDICAL

Aprovado Relatório e Contas

UGT

Reformas dos bancários

CONTRATAÇÃO

Banca sem vergonha

NORTADA

SBN
SÍNDICATO DOS TRABALHADORES
DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL

DIRETOR: FIRMINO MARQUES | DIRETORES ADJUNTOS: GUERRA DA FONSECA E PAULO COUTINHO - N.º 19 - SÉRIE V - 0,75 EUROS

MAIO A AGOSTO 2026

NOVÓPTICA SBN



**Aveiro:
novas instalações**



Maio a Agosto 2026
N.º 19 – Série V



4 SINDICAL

UGT: DEFESA DA CONCERTAÇÃO



17 SOCIAL

APOIO PARA MANUAIS, CADERNOS E PROPINAS



20 RECREATIVO E CULTURAL

NÚCLEO DE FOTOGRAFIA



21 ÓRGÃOS CONSULTIVOS

JUVENTUDE, QUADROS TÉCNICOS, IGUALDADE E REFORMADOS

3 EDITORIAL

Novos corpos gerentes

4/15 SINDICAL

UGT: Trabalho XXI

16 CONTRATAÇÃO

ACT do Setor Bancário

17 SOCIAL

18/19 SAMS

Protocolos

20 RECREATIVO E CULTURAL

20/28 ÓRGÃOS CONSULTIVOS

29/30 SECÇÕES SINDICAIS

Reformados

31/34 VOZ AOS BANCÁRIOS

34/35 ÚLTIMAS

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Edição e Redação

SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor
Financeiro de Portugal
Rua Cândido dos Reis, 130, 1.º, 4050-151 Porto
E-mail: sbn@sbn.pt
www.sbn.pt

Diretor
Firmino Marques

Diretores adjuntos
Guerra da Fonseca
Paulo Coutinho

Fotografia

SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor
Financeiro de Portugal

Grafismo e Impressão

Essência - Comunicação Completa
Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 100, Lote 9, Fração B, 4445-102 Alfena
Tel.: 220 963 285/9 | Fax: 220 963 290
E-mail: comunicacao@essenciaCompleta.pt
www.essenciaCompleta.pt

Registo no ICS
1222051

Depósito Legal
197325/03

Tiragem
11 500 Exemplares

Distribuição gratuita aos associados



Firmino Marques

Novos corpos gerentes: redobrada energia na defesa dos bancários

Os novos corpos gerentes do SBN respondem “sim!” a estes desafios do presente e do futuro, garantindo aos atuais e aos futuros associados o acompanhamento necessário, a diversos níveis, para que a vida – profissional e familiar – possa estar em consonância com um quotidiano mais aprazível.

As recentes eleições para os órgãos sociais do SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal marcaram o início de um novo ciclo, mas o rumo e a essência da missão mantêm-se inalterados.

Por isso, com a tomada de posse dos novos corpos gerentes, renova-se a energia e a determinação na defesa intransigente dos direitos, da dignidade e das conquistas dos trabalhadores do setor bancário.

Num momento em que o panorama laboral e económico continua a colocar desafios complexos – desde a transformação digital e a introdução de novas ferramentas tecnológicas até à conciliação entre a vida profissional e pessoal –, os novos corpos gerentes assumem o compromisso firme de estar na linha da frente.

A aposta no futuro continua a ser o eixo central da sua ação: um futuro que garanta a valorização das carreiras, a segurança no emprego, a justa retribuição e a melhoria contínua das condições de trabalho.

Mais do que uma transição de rostos, esta nova fase representa a continuidade de uma luta coletiva. É a prova de que a solidariedade, a união e a participação ativa de todos os associados continuam a ser as ferramentas mais poderosas para enfrentar os tempos modernos.

Com os olhos postos no amanhã e firmemente ancorados nos valores de sempre, os novos corpos gerentes iniciam funções com a convicção de que o futuro dos bancários se constrói todos os dias, lado a lado, com coragem, diálogo e união.

A evidência demonstra que o setor bancário tem atravessado uma das fases de maior transformação da sua história recente. A digitalização acelerada, impulsionada pela inteligência artificial, pela automação e pela preferência crescente dos clientes por canais online, redefine diariamente o papel dos profissionais da banca.

Se, por um lado, as agências físicas tradicionais têm vindo a reduzir o seu número e a diminuir as tarefas puramente transacionais – como depósitos manuais e simples transferências –, por outro lado, abrem-se novas oportunidades ligadas à consultoria financeira personalizada, à cibersegurança, à gestão de risco e à análise de dados, matérias a que o SBN dedica também a melhor atenção, porque pensamos que o futuro dos bancários não passa pelo atendimento repetitivo, mas sim por um perfil altamente qualificado, capaz de guiar o cliente em decisões complexas, como, por exemplo, no âmbito dos investimentos, do crédito à habitação e do planeamento financeiro sustentável, entre diversas outras.

Em suma, o futuro da profissão exige reinvenção, resiliência e uma aprendizagem contínua.

As competências tecnológicas e a capacidade de empatia e de comunicação tornam-se, no entendimento do SBN, as ferramentas mais valiosas para navegar num mercado em constante evolução.

Os novos corpos gerentes do SBN respondem “sim!” a estes desafios do presente e do futuro, garantindo aos atuais e aos futuros associados o acompanhamento necessário, a diversos níveis, para que a vida – profissional e familiar – possa estar em consonância com um quotidiano mais aprazível.

COMISSÃO PERMANENTE

Aprova Relatório e Contas

Foi aprovado em Reunião da Comissão Permanente do Conselho Geral, realizada no dia 31 de março, o Relatório e Contas Agregadas do exercício de 2025, bem como as respetivas Contas Consolidadas.



No Relatório apresentado pela Direção, afirma-se que “o ano de 2025 foi marcado por um contexto económico e laboral particularmente exigente, tanto a nível nacional como internacional. A persistência de níveis de inflação elevados continuou a pressionar o poder de compra dos trabalhadores, enquanto tensões geopolíticas afetaram os mercados financeiros e a estabilidade económica global. Em Portugal, este enquadramento traduziu-se numa elevada volatilidade em diversos setores, no aumento do custo de vida e numa acentuada sensação de incerteza, fatores que condicionaram diretamente o setor financeiro e enquadraram as negociações laborais em curso. Apesar deste cenário desafiante, conseguimos manter o nosso rumo na condução de processos negociais complexos que trouxeram benefícios concretos para os nossos Associados, sempre com um espírito de resiliência e compromisso”.

Por sua vez, “a contratação coletiva continuou a enfrentar desafios relevantes, derivados da necessidade de adaptação às dinâmicas do setor financeiro, à pressão competitiva e às exigências impostas por fatores económicos e geopolíticos. Em articulação com os demais sindicatos do setor afetos à UGT, acompanhámos de perto a evolução das políticas de rendimentos e emprego, procurando mitigar a perda de poder de compra e promover a valorização do trabalho. Ainda assim, mantivemos uma postura firme e responsável, privilegiando a negociação e procurando, em cada processo, salvaguardar os direitos fundamentais dos Associados e promover a melhoria gradual

das condições de trabalho, num contexto de elevada volatilidade e transformação estrutural do setor”.

No domínio dos serviços jurídicos, “os Serviços registaram uma elevada procura ao longo do ano, sendo chamados a intervir em múltiplas situações que exigiram acompanhamento especializado”. Quanto à saúde, “prosseguiu-se o reforço do corpo clínico interno e a expansão dos meios complementares de diagnóstico, bem como o fortalecimento da rede externa de parceiros convencionados, promovendo um acompanhamento mais próximo e personalizado aos Beneficiários, designadamente no apoio à marcação de cirurgias e na análise comparativa de orçamentos”.

Num ano marcado por desafios económicos, organizacionais e sindicais, “o SBN reforçou a sua posição como estrutura sindical de referência no setor financeiro, demonstrando capacidade de negociação, visão estratégica, resiliência e proximidade efetiva com os Associados”. Foi igualmente referido que “os resultados económicos deste exercício foram alavancados pela reversão de parte das imparidades constituídas em 2022, em consequência do montante em dívida da SBN – Residência Sénior, SA (sociedade cujo Capital Social é detido a 100% pelo SBN). Fruto do processo de deslocalização do estabelecimento (para as instalações construídas pelo SBN na rua do Pinheiro Manso), esta empresa tem vindo a apresentar resultados económicos positivos, consentâneos com a recuperação económica delineada, pelo que a amortização da dívida possibilitou a reversão dessas imparidades”.

DESAGREGAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS POR UE

	2024	2025	dif. [2025 – 2024]
Atividade Sindical	224 443 €	730 540 €	506 097 €
Regime Geral	909 285 €	1 348 874 €	439 589 €
FSA	687 451 €	703 765 €	16 314 €
Loja de Ótica	41 962 €	216 775 €	174 813 €
Pinheiro Manso	312 306 €	419 805 €	107 499 €
Estrutura Agregada	2 175 447 €	3 419 758 €	1 244 311 €

Quadro 1
Desagregação do resultado líquido apurado no exercício de 2025.

No decurso da reunião da Comissão Permanente, a Direção destacou o facto de o resultado líquido agregado de 2025 ser positivo em 3,4 milhões de euros. Comparativamente com o exercício anterior, houve uma melhoria dos resultados em 1,2 milhões de euros. Ressalvou-se que todas as Unidade de Exploração obtiveram resultados positivos, com melhorias de desempenho especialmente evidentes nas UE da Atividade Sindical (impulsionadas pela alienação do imóvel de Aveiro sito na Av. Lourenço Peixinho) e do Regime Geral. Foram recebidos 29,1 milhões de euros a título de quotizações e contribuições, valor que representa 85,2% do total dos rendimentos. Comparativamente com o exercício anterior, registou-se um aumento de 711 mil euros (ou seja, o equivalente a uma variação de +2,51%).

EVOLUÇÃO DAS QUOTIZAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2025	dif. [2025 – 2024]	var. (%)
Quotizações	3 476 096 €	3 510 727 €	34 631 €	1,00%
A. Sindical	2 293 691 €	2 318 117 €	24 426 €	1,06%
FSA	1 182 404 €	1 192 610 €	10 206 €	0,86%
Contribuições	24 881 021 €	25 557 240 €	676 219 €	2,72%
Quotizações e Contribuições	28 357 117 €	29 067 967 €	710 850 €	2,51%

Quadro 2
Evolução das Quotizações e Contribuições.

Os rendimentos resultantes das atividades de âmbito clínico (que incluem os montantes provenientes da venda de senhas de consulta, de análises clínicas, de atos médicos internos e de penalizações por falta a consulta, entre outros) diminuíram, comparativamente com 2024, tendo-se cifrado em 524 mil euros.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS PROVENIENTES DE SERVIÇOS CLÍNICOS

	2024	2025	dif. [2025 – 2024]	var. (%)
Serviços Clínicos	544 888 €	524 482 €	-20 406 €	-3,74%
Senhas de consulta	237 288 €	230 067 €	-7 221 €	-3,04%
Complementaridade	54 881 €	49 286 €	-5 595 €	-10,20%
Utentes	116 540 €	115 098 €	-1 442 €	-1,24%
Análises clínicas	23 897 €	21 805 €	-2 092 €	-8,75%

Quadro 3
Evolução dos Rendimentos provenientes de serviços clínicos.

Relativamente aos gastos, verificou-se a predominância da despesa com a atribuição de comparticipações, representando um peso de 66,1% do seu total e ascendendo a 20,3 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM AS COMPARTICIPAÇÕES

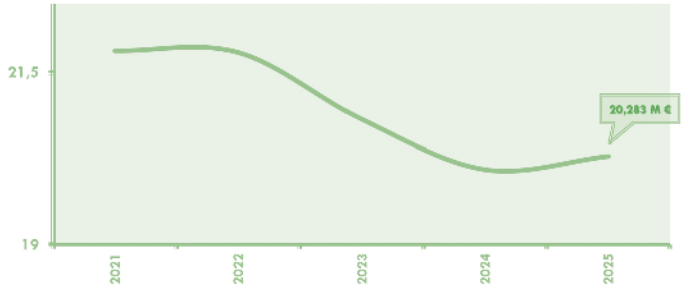


Gráfico 1
Evolução dos gastos com as Comparticipações

Após a diminuição abrupta verificada em 2020, associada ao contexto pandémico — que levou os Beneficiários a recorrerem em menor escala aos serviços externos —, registou-se posteriormente uma estabilização dos valores desta rubrica em torno dos 20 a 21 milhões de euros. Em 2025, o montante total gasto em comparticipações ascendeu a 20,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 0,97% face a 2024, invertendo a tendência de decréscimo observada nos anos anteriores. Neste domínio, a despesa com Meios auxiliares de diagnóstico registou o maior aumento absoluto (+1,0 milhões de euros; +31,62%), acompanhada de acréscimos significativos em Consultas médicas (+429 mil euros; +22,10%) e Tratamentos (+187 mil euros; +14,36%). Em contrapartida, registaram-se diminuições expressivas na faturação por via do prestador Médís (-1,2 milhões de euros; -32,72%) e nos Internamentos (-195 mil euros; -13,10%), sendo também de assinalar a redução na Assistência à terceira idade (-22 mil euros; -6,40%). A Assistência medicamentosa manteve-se estável, com um ligeiro aumento de 14 mil euros (+0,53%).

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM AS COMPARTICIPAÇÕES

	2024	2025	dif. [2025 – 2024]	var. (%)
Comparticipações	20 088 833 €	20 283 359 €	194 526 €	0,97%
Consultas médicas	1 942 009 €	2 371 222 €	429 213 €	22,10%
Intervenções cirúrgicas	2 428 240 €	2 393 822 €	-34 418 €	-1,42%
MAD	3 304 857 €	4 349 936 €	1 045 079 €	31,62%
Tratamentos	1 303 415 €	1 490 623 €	187 208 €	14,36%
Assist. medicamentosa	2 688 937 €	2 703 221 €	14 284 €	0,53%
Internamentos	1 484 320 €	1 289 816 €	-194 504 €	-13,10%
Assist. à terceira idade	336 538 €	314 995 €	-21 543 €	-6,40%
Médic	3 743 235 €	2 518 619 €	-1 224 616 €	-32,72%

Quadro 4

Evolução das principais rubricas de Gastos referentes a Comparticipações.

O ténue aumento do montante global de Comparticipações, conjugado com a diminuição da População Beneficiária, fez com que o Gasto com as comparticipações per capita tenha aumentado dos 758 € em 2024 para os 785 € (que foi o valor médio consumido por cada Beneficiário, durante o ano de 2025).

EVOLUÇÃO DOS GASTOS PER CAPITA COM COMPARTICIPAÇÕES.

	2021	2022	2023	2024	2025
Comparticipações	752 €	794 €	770 €	758 €	785 €
Consultas médicas	79 €	77 €	85 €	73 €	92 €
Intervenções cirúrgicas	97 €	109 €	94 €	92 €	93 €
MAD	137 €	131 €	149 €	125 €	168 €
Tratamentos	52 €	57 €	50 €	49 €	58 €
Assis. medicamentosa	105 €	124 €	97 €	101 €	105 €
Internamentos	61 €	56 €	47 €	56 €	50 €
Assistência à terceira idade	19 €	16 €	13 €	13 €	12 €
Médic	118 €	111 €	132 €	141 €	97 €

Quadro 5

Evolução dos gastos per capita com as Comparticipações.

Seguindo as boas práticas contabilísticas, o SBN considera apenas em Gastos com o pessoal as verbas despendidas com os órgãos estatutários e com o pessoal vinculado à Instituição através de contrato individual ou coletivo de trabalho, enquanto os honorários pagos a trabalhadores independentes são considerados como serviços externos, classificados portanto em FSEs. Ora, se considerarmos ambas as rubricas, constatamos que estas ascenderam a 5,8 milhões de euros. Os Gastos com o Pessoal, tendo-se cifrado em 4,6 milhões de euros, registaram um acréscimo de 10,0% face a 2024, em resultado de:

- impacto da atualização da RMMG em 2025;
- atraso na conclusão do processo negocial de 2024, em sede de contratação coletiva com os Bancos, que levou a que as atualizações salariais dos trabalhadores respeitantes a 2024 apenas fossem aplicadas em janeiro de 2025, com retroatividade a janeiro de 2024;
- a atribuição de alguns prémios de antiguidade a trabalhadores abrangidos pela vulgarmente denominada “cláusula ACT”;
- a contabilização de 307 978 € de Benefícios pós-emprego, para reforço das responsabilidades futuras constantes em Balanço.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL

	2024	2025	dif. [2025 – 2024]	var. (%)
Gastos com o Pessoal	4 222 004 €	4 645 646 €	423 642 €	10,03%
Rem. Órgãos Sociais	82 291 €	91 508 €	9 217 €	11,20%
Rem. do Pessoal	3 161 660 €	3 273 169 €	111 509 €	3,53%
Benefícios pós-emprego	0 €	307 978 €	307 978 €	100,00 %
Seguros ac. trabalho	46 164 €	35 370 €	-10 794 €	-23,38%
Outros g. com Pessoal	62 855 €	81 071 €	18 216 €	28,98%

Quadro 6

Desagregação dos Gastos com o Pessoal.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL

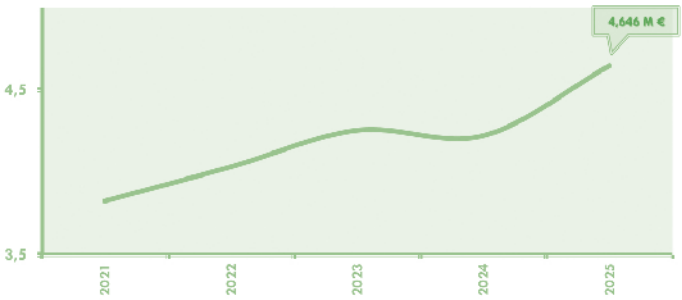


Gráfico 2

Evolução dos Gastos com o Pessoal.

Por sua vez, os Fornecimentos e Serviços Externos decresceram 7,8% e representaram 12,2% do total de gastos.

Neste âmbito, foi referido que as despesas com Conservação e Reparação decresceram 274 mil euros. Tal ficou a dever-se à diminuição da despesa com a conservação de edifícios (-320 mil euros), compensada parcialmente pelo aumento nas despesas com a reparação de equipamentos (+44 mil euros) e a reparação de viaturas (+8 mil euros).

Os gastos com Comunicação diminuíram 11 mil euros, devido à redução de 4 mil euros em Correios, 2 mil euros em Telefones e 5 mil euros em Internet.

Por sua vez, o decréscimo de 104 mil euros em Outros serviços deveu-se à redução da despesa apresentada via Médic, que se traduziu numa diminuição do respetivo fee de gestão.

Facto igualmente destacado foi o acréscimo de 54 mil euros em Honorários, resultante do aumento de 91 mil euros nos honorários dos Médicos, devido ao reforço dos serviços internos do SAMS. Em contraciclo, verificaram-se diminuições de 11 mil euros nos honorários de Advogados, 10 mil euros nos honorários de Outros técnicos de saúde e de 16 mil euros em Outro pessoal.

EVOLUÇÃO DOS FSE

	2024	2025	dif. [2025 – 2024]	var. (%)
FSE	4 071 826 €	3 753 756 €	-318 070 €	-7,81%
Subcontratos	430 789 €	409 610 €	-21 179 €	-4,92%
Honorários	1 074 631 €	1 128 843 €	54 212 €	5,04%
Cons. e reparação	851 443 €	577 758 €	-273 685 €	-32,14%
Ferramentas e utens.	34 162 €	25 198 €	-8 964 €	-26,24%
Deslocações e estad.	99 756 €	108 846 €	9 090 €	9,11%
Comunicação	136 079 €	125 310 €	-10 769 €	-7,91%
Limp., higiene e conf.	246 229 €	246 527 €	298 €	0,12%
Outros serviços	341 706 €	237 501 €	-104 205 €	-30,50%

Quadro 7
Evolução das principais rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos.

No desenrolar da apresentação das contas deste exercício, a Direção abordou igualmente o desempenho alcançado na área do SAMS, mais concretamente no Regime Geral. Assim, foi destacado o facto de terem sido prestados internamente (através dos Postos Clínicos do SAMS) 101 890 atos, referentes a 54 041 Consultas, 15 183 Exames (M.A.D.), 809 Pequenas cirurgias, 22 421 Tratamentos e 5 345 Próteses Dentárias.

Do total de consultas prestadas, assumem especial preponderância as especialidades de Estomatologia (com 19 055 consultas), Medicina Geral e Familiar (9 911), Oftalmologia (6 015), Ortopedia (2 326) e Cardiologia (2 271).

No que se refere à Loja de Ótica, destacou-se o nível dos resultados líquidos alcançados (cerca de 217 mil euros positivos), num ano em que as vendas decresceram 1,7%.

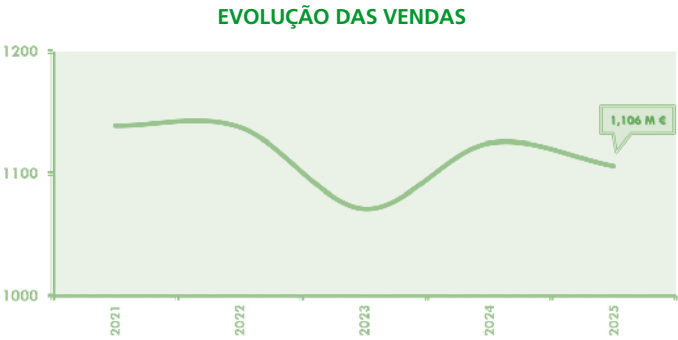


Gráfico 3
Evolução do volume de negócios da Loja de Ótica.

Uma vez que a SBN – Residência Sénior deu continuidade ao processo de amortização da dívida ao SBN, no decurso de 2025 foram efetuadas Reversões de perdas por imparidade no montante de 705 mil euros, que tiveram um efeito positivo nos resultados económicos das UE 11 – Atividade Sindical e 12 – Pinheiro Manso e, consequentemente, do respetivo resultado económico agregado.

A Direção realçou igualmente a manutenção dos excelentes níveis de liquidez, alavanca financeira e risco do SBN. De facto, o rácio de liquidez geral foi de 1,75, revelando a existência de uma elevada capacidade para honrar os compromissos de curto prazo. Por outro lado, verificou-se que o montante em Caixa e Depósitos bancários era 37% superior ao Passivo Corrente (na medida em que a liquidez imediata foi de 1,37).

Por sua vez, no que concerne à rentabilidade financeira (ROE), verifica-se que esta foi de 15,03%, em função dos resultados líquidos apurados.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE RENTABILIDADE E DE LIQUIDEZ

	2021	2022	2023	2024	2025
Liquidez Geral	1,52	1,12	1,19	1,35	1,75
Liquidez Reduzida	1,51	1,10	1,18	1,33	1,73
Liquidez Imediata	0,96	0,80	0,84	0,97	1,37
Rentabilidade Financeira (ROE)	-24,62%	-36,00%	7,02%	11,25%	15,03%

Quadro 8
Evolução dos principais indicadores de rentabilidade e de liquidez.

Constatou-se igualmente que o SBN está a ser alavancado maioritariamente pelos Capitais Próprios, já que a Autonomia Financeira foi de 58,92%.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE ALAVANCA FINANCEIRA E DE RISCO

	2021	2022	2023	2024	2025
Autonomia Financeira	39,73%	42,55%	47,77%	53,69%	58,92%
Endividamento	60,27%	57,45%	52,23%	46,31%	41,08%
Estrutura do Endividamento	0,52	0,53	0,56	0,56	0,56

Quadro 9
Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco.

Como é evidente, o aumento dos Fundos Patrimoniais, alcançado através da incorporação dos resultados do exercício, teve impacto em alguns dos principais indicadores.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES
DE ALAVANCA FINANCEIRA E DE RISCO

	2021	2022	2023	2024	2025
Debt to Equity Ratio					
Passivo Total / Fundo de Capital	1,52	1,35	1,09	0,86	0,70
Passivo Não Corrente / Fundo de Capital	0,73	0,63	0,48	0,38	0,31
Emp. Banc. e Similares / Fundo de Capital	0,41	0,35	0,29	0,24	0,18

Quadro 10

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco.

De igual forma, a redução do Passivo originou a melhoria de alguns dos indicadores (face à diminuição em 8,7% do financiamento bancário e de 4,5% do saldo de fornecedores).

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES
DE ALAVANCA FINANCEIRA E DE RISCO

	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo Não Corrente / Ativo	28,93%	26,82%	22,88%	20,16%	17,99%
Passivo Corrente / Ativo	31,34%	30,63%	29,34%	26,16%	23,10%
Capitais Permanentes / Ativo Total	68,66%	69,37%	70,66%	73,84%	76,90%
Ativo Fixo Tangível / Ativo Total	46,86%	65,77%	65,03%	64,75%	59,59%

Quadro 11

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco.

Verificou-se igualmente que os Capitais Permanentes assumiram uma maior importância no financiamento do Ativo Fixo Tangível (em 2025 este indicador foi de 1,29). Para além disso, é possível constatar que os investimentos continuam a ser financiados por capitais de longo prazo.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES
DE ALAVANCA FINANCEIRA E DE RISCO

	2021	2022	2023	2024	2025
R E F M = Cap. Permanentes / Ativo Fixo Tangível	1,47	1,05	1,09	1,14	1,29
Ativo Corrente / Ativo Total	47,73%	34,19%	34,94%	35,22%	40,38%

Quadro 12

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

De seguida, a Direção informou que a empresa SBN – Residência Sénior, SA apresentou um resultado líquido de 793 mil euros positivos. No que concerne ao volume de negócios da empresa geriátrica, foi dito que se atingiu o melhor registo de sempre, com 3,7 milhões de euros. No decurso do ano verificaram-se 38 admissões em regime permanente, pelo que a média mensal foi de 3,17 vendas. O número médio de residentes permanentes foi de 102, ao qual acresceu uma média de 6 contratos em regime de suite-hotel. No mês de março foi registado o máximo de contratos permanentes (105). Por último, foi referido que através da operação de consolidação das Contas do exercício de 2025 com a SBN – Residência Sénior, SA resultou a formação de um resultado líquido consolidado de 3,5 milhões de euros positivos.

"Num ano marcado por desafios económicos, organizacionais e sindicais, "o SBN reforçou a sua posição como estrutura sindical de referência no setor financeiro, demonstrando capacidade de negociação, visão estratégica, resiliência e proximidade efetiva com os Associados".

Trabalho XXI:

Tempo para a Concertação Social

Resolução aprovada por unanimidade e aclamação no Secretariado Nacional de 9 de abril.

A UGT esteve, ao longo dos 8 meses que decorreram desde a entrega em sede de CPCS e apesar de não entender a necessidade ou motivação de uma alteração à lei laboral atendendo à situação económica e do mercado de trabalho, empenhada num processo de discussão que esperávamos poder traduzir-se numa evolução significativa do Anteprojecto que o Governo designou “Trabalho XXI”.

A UGT nunca hesitou em entrar no processo negocial, nunca dele saiu e esteve e estará sempre do lado do diálogo social, como é amplamente reconhecido. Em momentos fáceis e difíceis, defendendo os trabalhadores e contribuindo para o desenvolvimento do País.

Este processo negocial, porém, não evoluiu conforme as expectativas. Entre avanços e recuos do Governo, foi o trabalho da UGT que permitiu progredir na parentalidade e na conciliação, com a não eliminação de matérias do princípio do tratamento mais favorável, com a não eliminação de garantias dos trabalhadores nos processos de despedimento e na lista de sectores sujeitos à fixação de serviços mínimos.

Mas, chegados a este momento, durante estas negociações constatamos, desde logo, que propostas da UGT não foram consideradas, continuando de fora desta versão que nos foi apresentada.

A redução da jornada de trabalho, o alargamento do princípio do tratamento mais favorável e dos efeitos que revertem para o trabalhador em caso de caducidade de uma convenção coletiva, o aumento das compensações por despedimento e dos pagamentos do trabalho suplementar e noturno, a reposição de descansos compensatórios, o reforço do papel do salário mínimo, a responsabilidade solidária no recurso ao outsourcing, o agravamento das sanções a quem viola a lei e as reduções de custos no acesso à justiça são propostas da UGT. São propostas cuja não inclusão lamentamos.

Mas, acima de tudo, o facto que mais se destaca é o reduzido avanço nas questões que sempre considerámos centrais no quadro das discussões realizadas.

Algumas das propostas mantêm uma visão que vai no sentido de uma maior individualização das relações laborais, da liberalização e precarização do mercado de trabalho e da restrição da atuação dos sindicatos, na greve, na negociação coletiva e nos locais de trabalho. Mesmo sem sermos exaustivos, o que verificamos?

> A manutenção do aumento da duração dos contratos a termo e o alargamento dos fundamentos à sua celebração, beneficiando grandes empresas e tornando mais vulneráveis idosos, jovens e desempregados;

- > A manutenção da eliminação da garantia da reintegração após um despedimento ilegal, colocando em causa a segurança no emprego;
- > A manutenção da reintrodução do banco de horas individual, dando poder ao empregador para desregular horários com redução de custos e sem compensações efetivas;
- > A manutenção da possibilidade de mudança de categoria com perda de retribuição por deferimento tácito da ACT;
- > A manutenção da não aplicação das convenções coletivas aos trabalhadores em outsourcing, tornando mais baratos o trabalho e fomentando a substituição /despedimento de trabalhadores;
- > A manutenção da eliminação de exigências de fundamentação de denúncia da convenção coletiva, com a vontade injustificada e infundada do empregador a poder imperar;
- > A manutenção da eliminação da arbitragem de apreciação da denúncia e arbitragem necessária após sobrevivência, dando poder ao empregador para fazer cair convenções pelo mero decurso do tempo e sem negociar;
- > A manutenção da possibilidade (pior, aliás, que na versão inicial do anteprojecto) de extensão de uma convenção coletiva ao nível da empresa por mera vontade do empregador, desvalorizando a vontade dos trabalhadores e de quem os representa;
- > A manutenção da generalização dos serviços mínimos da greve, deixando milhares de trabalhadores fora deste direito fundamental;
- > A manutenção das restrições à atividade sindical nas empresas sem trabalhadores filiados, negando a relevância do papel dos sindicatos na defesa dos trabalhadores.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido em 9 de abril de 2026, constata a ainda insuficiente aproximação negocial e afirma que a proposta, tal como está, não permite alcançar consensos.

É esta a posição que a UGT levará à Concertação Social, onde se deve dar o passo seguinte neste processo negocial.

O Secretariado Nacional da UGT espera que os avanços já verificados e o trabalho do diálogo social não sejam desvalorizados.

A UGT e os seus Sindicatos afirmam, desde já, que continuarão o seu trabalho por uma legislação laboral mais justa, mais inclusiva, que responda aos desafios do presente e do futuro do trabalho, com uma negociação coletiva e sindicatos mais fortes e dinâmicos, continuando a apresentar propostas em processo negocial.

**Por um Trabalho XXI com direitos.
Sempre em defesa dos trabalhadores.**

Em defesa do diálogo e da concertação social

A UGT tem assistido às declarações públicas de responsáveis políticos e parceiros sociais, na sequência do fim da fase de negociações em sede de Concertação Social do chamado Anteprojecto "Trabalho XXI".

A UGT deve recordar que a Concertação Social, enquanto espaço de construção de consensos e compromissos, é fundada na diferença de quem representa interesses diversos, ainda que não necessariamente divergentes.

A Concertação Social existe há décadas e tem sabido viver com e sem acordos em múltiplos processos negociais, mantendo um capital de confiança e de respeito institucional que permitiu sempre continuar a trabalhar em prol dos trabalhadores, das empresas e do País.

A UGT espera assim que esse capital não seja desperdiçado ou fragilizado com ataques que apenas revelam a não aceitação da legítima diferença.

A UGT recorda que o trabalho da Concertação Social não se esgota na legislação laboral

A UGT apela a que nos mantenhamos focados na ideia de que teremos e deveremos continuar todos sentados à mesa com o objetivo de encontrar soluções para os problemas reais do País.

É isso que se espera da Concertação Social.

É esse o papel que a UGT continuará a desempenhar.

Declaração da UGT na reunião da CPCS de 7 de maio

A UGT, em Secretariado Nacional realizado no dia 23 de abril de 2026, declarou a sua rejeição da última versão do Anteprojecto "Trabalho XXI".

Uma rejeição tomada por unanimidade face a uma versão que o próprio Governo designou como "final para acordo", deixando claro que pretendia encerrar negociações face ao "pré-acordo" já assumido pelos empregadores.

Ainda assim, a UGT reafirmou a sua disponibilidade para o diálogo, crente na capacidade e no empenho de todos para realizar sempre um esforço de construção e consenso. Uma crença fundada na nossa matriz enquanto Central Sindical.

Uma crença fundada também nos sinais vindos de dentro do Governo de que havia ainda margem para negociar.

Não foi, por isso, sem surpresa que fomos assistindo às várias declarações proferidas por responsáveis governativos, remetendo para a UGT a responsabilidade de ceder para que o processo negocial avançasse. A UGT e o seus Sindicatos há muito que foram claros quanto à sua posição. O Secretariado Nacional da UGT rejeitou nomeadamente:

- > A manutenção de regras que potenciam o aumento da duração dos contratos a termo e alargam os fundamentos à sua celebração, beneficiando grandes empresas e tornando mais vulneráveis idosos, jovens e desempregados;
- > A manutenção da eliminação da garantia da reintegração após um despedimento ilegal, colocando em causa a segurança no emprego;
- > A manutenção da reintrodução do banco de horas individual, dando poder ao empregador para desregular horários com redução de custos e sem compensações efetivas;

- > A manutenção da possibilidade de mudança de categoria com perda de retribuição por deferimento tácito da ACT;
- > A manutenção da não aplicação das convenções coletivas aos trabalhadores em outsourcing, tornando mais barato o trabalho e fomentando a substituição /despedimento de trabalhadores;
- > A manutenção da eliminação de exigências de fundamentação de denúncia da convenção coletiva, com a vontade injustificada e infundada do empregador a poder imperar;
- > A manutenção da eliminação da arbitragem de apreciação da denúncia e arbitragem necessária após sobrevivência, dando poder ao empregador para fazer cair convenções pelo mero decurso do tempo e sem negociar;
- > A manutenção da possibilidade (pior, aliás, que na versão inicial do anteprojecto) de extensão de uma convenção coletiva ao nível da empresa por mera vontade do empregador, desvalorizando a vontade dos trabalhadores e de quem os representa;
- > A manutenção da generalização dos serviços mínimos da greve, deixando milhares de trabalhadores fora deste direito fundamental;
- > A manutenção das restrições à atividade sindical nas empresas sem trabalhadores filiados, negando a relevância do papel dos sindicatos na defesa dos trabalhadores.

Não sendo as únicas matérias em que não há consenso, são os aspetos mais danosos desta chamada reforma laboral. É algo que há muito é sabido.

O Governo afirmou diversas vezes, bem como as confederações de empregadores, que não sabia o que nos separa. Poucas coisas foram mais claras neste processo que o posicionamento da UGT. Desde logo, ao recusar sermos colocados numa posição em que apenas se negociasse o que interessava ao Governo, com base num Anteprojecto profundamente desequilibrado e com o qual se tentou condicionar a negociação. A UGT recusou o Anteprojecto.

A UGT contestou e apresentou alternativas

Apresentámos a nossa visão para a legislação laboral que queremos e espelhámos essa visão em propostas concretas nas matérias que estavam em discussão e em novas que consideramos importantes. Respondemos aos reptos lançados pelo Primeiro-Ministro e pelo Presidente da República, cada um no seu momento, para esforços adicionais. Nunca abandonámos as negociações. Não negociamos apenas quando as propostas nos são favoráveis e sempre respeitámos aqueles que se colocaram fora de acordos, mesmo quando as suas propostas eram integradas.

Aconteceu e voltará a acontecer. Legitimamente.

Os resultados da postura aberta e franca da UGT são evidentes. Não partilhámos de uma visão que analisa um processo negocial em função dos números de alterações consensualizadas, quer em torno das propostas do Governo quer quanto a propostas da UGT aceites pelas demais partes à mesa negocial, nem sequer da análise que leva a tais números.

Que nunca se diga que a UGT aceitou nomeadamente alargamentos aos fundamentos da contratação a termo, o recurso abusivo ao outsourcing e a não aplicação das convenções coletivas aos trabalhadores em outsourcing, a restrição da proteção dos trabalhadores economicamente dependentes, o aumento dos limites do trabalho suplementar, a imposição unilateral de convenções pelo empregador ao nível da empresa, a generalização de serviços mínimos ou a restrição da atividade dos sindicatos.

A UGT regista os avanços que se foram verificando, incluindo nas matérias fundamentais. Mas, em cada uma dessas matérias e nas demais que dominaram esta negociação, o que foi mais notório foi

a incapacidade do Governo para remover toda e qualquer das suas verdadeiras traves-mestras.

A intransigência revelada, tanto pelo Governo como por empregadores que condicionaram avanços que o próprio Governo admitiria, foi igualmente notória pela reduzida adesão às muitas propostas da UGT, que recordamos brevemente e de forma não exaustiva:

Organização do tempo de trabalho

- > Redução do período normal de trabalho para 7 horas diárias e 35 horas semanais
- > Criação do direito à jornada contínua para: o Pais com filhos até 12 anos; o Cuidadores; o Trabalhadores-estudantes
- > Direito à redução da semana de trabalho em um dia, sem perda salarial, para os mesmos grupos
- > Alargamento das situações de dispensa de certas formas de trabalho (ex. trabalho por turnos de trabalhadores menores e trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes)
- > Redução da percentagem de trabalhadores (passa a 60%) necessária para aplicação do banco de horas grupal
- > Inclusão de informação sobre trabalho por turnos na prestação anual de informação sobre a atividade social da empresa Contratos a termo
- > Aumento das compensações por caducidade: os 45 dias de retribuição por ano de antiguidade
- > Introdução de contribuição adicional por rotatividade excessiva, com taxas progressivas e agravamento para grandes empresas Trabalho suplementar, noturno e férias
- > Aumento do período mínimo de férias para 25 dias úteis – pode ser reduzido até 22 em caso de faltas injustificadas
- > Aumento das majorações salariais: o Trabalho noturno: acréscimo de 50%; o Trabalho suplementar: até 100% em dias de descanso e feriados
- > Reposição e reforço dos descansos compensatórios
- > Valor legal do pagamento de trabalho noturno como mínimo para a negociação coletiva.





Despedimentos

- > Reposição das compensações por despedimento por extinção do posto de trabalho e coletivo – um mês por ano com mínimo de três meses
- > Reposição dos critérios objetivos e não discriminatórios na extinção de posto de trabalho – critérios pré-Troika, que evitam a selecção que prioriza a redução de custos à custa dos trabalhadores
- > Aumento das indemnizações por despedimento ilícito em substituição da reintegração, quer a pedido do trabalhador (passam de 15 a 45 para 30 a 60 dias, com mínimo de 4 meses em vez de 3), quer do empregador (passam de 30 a 60 para 90 a 120 dias, com mínimo de 9 meses em vez de 6) Qualificação da relação laboral e novas realidades
- > Consolidação do conceito de dependência económica, considerando trabalhadores que obtenham mais de 50% do rendimento de um único beneficiário
- > Reforço da presunção de contrato de trabalho nas plataformas digitais, incluindo critérios como: o Fixação de preços pela plataforma; o Gestão de pagamentos; o Inserção do trabalhador na organização e marca da plataforma; o Controlo exclusivo da comunicação com os clientes Algoritmos e inteligência artificial
- > Obrigação de registo dos processos de recrutamento do uso de algoritmos e IA
- > Divulgação e discussão do uso de algoritmos em: o Despedimentos coletivos; o Despedimentos por extinção de posto de trabalho
- > Dever de negociação com representantes dos trabalhadores quando sejam usados sistemas automatizados de decisão.

Salário Mínimo

- > Exclusão de diuturnidades e prémios de antiguidade do cálculo do salário mínimo (acaba com a discriminação entre trabalhadores mais e menos antigos na empresa)
- > Revogação das normas que permitem redução da retribuição mínima mensal garantida (aprendizes, estagiários, trabalhadores com capacidade reduzida, etc...) Direitos coletivos, sindicatos e negociação coletiva
- > Alargamento dos efeitos das convenções coletivas após caducidade (subsídio de refeição, teletrabalho, igualdade, compensações por despedimento, regimes complementares de proteção social e saúde, trabalhadores menores, com deficiência, etc).

Preservação dos direitos consagrados para os representantes dos trabalhadores

- > Reforço do direito de reunião sindical durante os horários de trabalho no caso de reuniões não presenciais
- > Reforço do direito à atividade sindical, incluindo em intranets empresariais Efetividade da lei
- > Reforço dos poderes da ACT nos despedimentos ilícitos – capacidade de suspender quando há indícios fortes (poder que teve durante a pandemia)
- > Responsabilidade solidária nas infrações por parte das empresas que ocorrem ao outsourcing

- > Agravamento de coimas e sanções acessórias, incluindo exclusão de contratos públicos
- > Agravamento da criminalização da utilização indevida do trabalho de menores, harmonizando com o regime do trabalho não declarado
- > Reforço da legitimidade processual dos sindicatos nos casos de violação de convenções coletivas
- > Facilitação do acesso dos trabalhadores à justiça: o Isenção ou redução de custas; o Taxa única em ações coletivas promovidas por sindicatos
- > Reforço do papel da CITE, com parecer prévio obrigatório em mais situações (trabalhadores cuidadores, jornada contínua, redução da jornada de trabalho)

No vasto leque de propostas elencadas, são dificilmente encontradas as acolhidas pelo Governo, sendo que nenhuma em matérias centrais. Devemos salientar que, mesmo as opções de compromisso apresentadas posteriormente pela UGT em matérias importantes, como a jornada contínua e o banco de horas individual, foram rejeitadas no quadro dos avanços e recuos de posição do Governo em muitas matérias. A UGT gostaria, aliás, que todas as nossas propostas tivessem merecido uma atenção diferente, porque tal teria evitado que a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social tivesse nomeadamente informado incorretamente os deputados da Comissão de Trabalho da Assembleia da República sobre a inexistência de propostas da UGT em matéria de trabalho noturno ou por turnos. Uma nota também para o processo negocial, o qual, a par com as propostas, tem de fazer parte integrante de um qualquer balanço dos trabalhos da Concertação Social.

E aqui, a UGT não pode deixar de destacar alguns aspetos menos positivos.

Desde logo, o constante avanço e recuo de propostas do Governo que tornaram incerto o resultado e minaram a confiança para o momento seguinte. O desaparecimento da jornada contínua como um direito ou da majoração das férias, em cima da mesa até ao último momento, são recuos que dificilmente entendemos, a não ser à luz de negociações futuras noutra sede.

A UGT entende que as propostas são evolutivas – os potenciais consensos da UGT, nunca tão extensos como anunciado, foram sempre também condicionados a ganhos globais que nunca se verificaram – mas, ainda assim, a alteração do posicionamento foi muitas vezes inusitada e incompreensível.

Por outro lado, devemos recordar os constantes apelos da UGT para o regresso à mesa da Concertação Social. A transformação das reuniões “fora de portas” de mero auxiliar à negociação na própria negociação não contribuiu para a transparência, para a segurança e mesmo para a contenção de discurso que se exige quando lidamos com temas que impactam na vida dos trabalhadores, das empresas e do País.

As alianças e complementaridade de discursos de duas das partes à mesa da negociação apenas tornaram mais claro o quê e quem favorecia esta alteração legislativa.

A UGT continuará fiel aos seus princípios. Não aceitamos vender direitos por dinheiro, nomeadamente supostos aumentos salariais, pagos pelo Estado e pela Segurança Social e que comprometem a proteção social e as pensões. A troca não pode ser por mais precariedade, pela desregulação de horários, pela fragilização do direito à greve. A troca não pode ser por uma negociação coletiva em que os sindicatos estarão mais frágeis, sendo que é à mesa das negociações que os empregadores devem dizer sim a verdadeiros aumentos salariais. É aí que devem assumir as suas vontades e as suas responsabilidades. Este foi um processo que gostaríamos que tivesse sido diferente. Ain-

da assim, estamos certos que as partes saberão evitar feridas graves para o futuro do diálogo social. Uma nota final relativamente aos resultados deste processo.

A UGT reconhece as evoluções verificadas ao longo destes 9 meses de negociações, mas é indubitável que estamos ainda perante um texto legislativo em clara perda para os direitos dos trabalhadores. Assim como é indubitável que o trabalho dos parceiros sociais tornou o texto menos gravoso que a versão que nos foi apresentada em julho de 2025.

A UGT espera que este não seja um trabalho desperdiçado.

Reformas dos bancários

Sindicatos pedem posicionamento urgente da Segurança Social e do Governo sobre práticas abusivas

Os sindicatos bancários da UGT (SBN, SBC e MAIS Sindicato) solicitaram formalmente ao Diretor-Geral da Segurança Social que se pronuncie sobre o benefício ilegítimo que as instituições de crédito (IC) estão a retirar das reformas pagas pela Segurança Social aos trabalhadores bancários. Em simultâneo, a estrutura federativa que agrega estes sindicatos, a FEBASE, solicitou à Ministra da tutela, Maria do Rosário Palma Ramalho, uma intervenção urgente sobre o atual modelo. Propõe-se a convocação do Grupo de Trabalho Tripartido (Ministério, Associação Portuguesa de Bancos e FEBASE). Este mecanismo de acompanhamento foi previsto pelo acordo tripartido assinado em 2010, no contexto da intervenção da troika, e que integrou os pensionistas da banca no Regime Geral da Segurança Social (RGSS). Os sindicatos identificam três problemas centrais na situação atual e que são lesivos dos direitos de milhares de trabalhadores e pensionistas bancários. O primeiro diz respeito às longas carreiras contributivas. Os sindicatos denunciam situações em que trabalhadores com mais de 35 anos de descontos veem a parcela adicional da pensão gerada pelos anos extra de contribuições para a Segurança Social ser utilizada para reduzir responsabilidades financeiras dos bancos, apesar de esses anos adicionais não serem considerados no cálculo da pensão bancária. Assim, “os Bancos encontram-se a financiar-se por via das pensões de reforma pagas pela Segurança Social”, afirmam na missiva dirigida ao Diretor-Geral da Segurança Social, João Gonçalves. O segundo problema prende-se com a absorção dos aumentos atribuídos pela Segurança Social. A banca está a diluir o aumento recente de 4%

(acordado em sede de negociação coletiva para fazer face à inflação) no aumento pago pela Segurança Social. Os bancos diminuem, deste modo, a componente da pensão que suportam, impedindo que os reformados beneficiem integralmente das atualizações legais destinadas à preservação do poder de compra. “Só a aplicação de uma regra de cálculo que trace uma linha entre os aumentos bancários e

os do RGSS, e que tenha como desiderato que o aumento dos reformados bancários é, efetivamente, real, separando-o dos aumentos previstos em cada ano, no RGSS, poderá devolver a legalidade”, propõem os sindicatos. O terceiro ponto identificado relaciona-se com a absorção dos descontos efetuados sobre toda a matéria retributiva. Desde 2011, os trabalhadores bancários passaram a contribuir para o RGSS em todas as componentes do salário (retribuição base, diuturnidades, isenção de horário de trabalho, complementos retributivos de toda a espécie, fruição de veículo automóvel, prémios de produtividade, entre outros). No entanto, a pensão bancária continua a ser calculada com base em duas parcelas: nível de enquadramento bancário e diuturnidades. Os sindicatos consideram que esta situação permite aos bancos beneficiarem de contribuições efetuadas sobre parcelas remuneratórias que não reconhecem no cálculo das suas próprias responsabilidades sobre os pensionistas. Os sindicatos defendem que esta realidade contraria os princípios da justiça contributiva e da proporcionalidade entre descontos efetuados e benefícios atribuídos, alertando ainda que as instituições bancárias “retiram benefícios ilegítimos dos valores pagos pela Segurança Social aos reformados — financiando-se, assim, por via das dotações da Segurança Social.”





Finalmente inauguradas as novas instalações da delegação de Aveiro

No dia 19 de junho o SBN inaugurou as novas instalações da delegação de Aveiro – um espaço mais moderno, mais confortável e mais preparado para responder às necessidades dos associados, dos beneficiários do SAMS e dos utentes da Loja de Óptica.

A inauguração representou mais do que a abertura de um novo espaço: é a concretização de um compromisso assumido com todos aqueles que confiam no SBN e que, diariamente, dão sentido ao trabalho dos corpos gerentes, a nível nacional, regional e local.

Ficou assim reforçada a capacidade de atendimento da delegação de Aveiro, com a melhoria das condições de acolhimento e com a criação de um espaço mais eficiente e acessível para todos.





Os Sindicatos da UGT continuarão firmes na linha da frente, lutando incansavelmente pelos direitos e dignidade de todos os trabalhadores.

ACT

Sem vergonha: Banca insiste em 2% de aumento nas tabelas

Ao fim de meses de negociação da revisão do ACT, os bancos continuam indecorosamente a apresentar argumentos falaciosos para persistirem em aumentos miseráveis para ativos e reformados. A paciência tem limites, e para os sindicatos da UGT chegou ao fim.

O SBN, o MAIS e o SBC estão revoltados com a postura das instituições de crédito (IC) subscritoras do ACT do setor bancário. Apesar dos lucros do primeiro trimestre – depois de o ano de 2025 ter sido excecionalmente bom – continuam irredutíveis na proposta de 2% de aumento, desprezando o contributo dos trabalhadores para os resultados alcançados e fazendo tábua rasa do aumento da inflação, que corrói os rendimentos das famílias. Não há desculpa para tal insensibilidade e ganância.

Perante esta posição, na reunião do dia 21 de maio, os sindicatos transmitiram ao Grupo Negociador das IC (GNIC) que não estão disponíveis para arrastar este processo com reuniões infrutíferas. Assim, caso não haja evolução na proposta dos bancos, terão de recorrer a outros mecanismos para garantir a valorização dos salários e pensões. Os sindicatos da UGT bem cedo apresentaram a sua proposta de revisão do ACT do setor bancário, que só teve resposta no final de setembro do ano passado e com abertura da mesa negocial no início de outubro.

Da proposta apresentada pelos sindicatos constava não só o aumento dos salários e das pensões, mas também a atualização e a melhoria de clausulado com impacto para bancários no ativo e reformados.

Valorização das pensões...

Conforme havia sido decidido previamente pelas três direções, as negociações começaram com a discussão sobre a melhoria das reformas, atendendo à necessidade urgente de valorizar as pensões e de corrigir procedimentos resultantes da articulação de regimes (Segurança Social versus fundos de pensões).

Esta matéria foi aprofundadamente explanada pelos sindicatos, que se fizeram acompanhar por técnicos especializados nos temas que envolvem esta problemática.

No entanto, após quatro reuniões, as IC manifestaram indisponibilidade para aceitar qualquer tipo de alteração ao regime em vigor no que concerne à forma de cálculo e aos valores das pensões de reforma.

... e dos salários

Como se não bastasse, na reunião de início de fevereiro, o GNIC propôs aos sindicatos o encerramento do processo negocial, com a atualização de salários e pensões em 2%.

Obviamente, face a esse miserável valor percentual, a proposta das IC foi imediatamente recusada pelos sindicatos, que, nas reuniões seguintes, mantiveram o propósito de defender a necessidade de aumentar as reformas e as remunerações em consonância com os lucros exponenciais que os bancos têm vindo a apresentar.

Ações

Chegados a este momento, as IC mantiveram a sua posição, que justificam pela enorme incerteza mundial que se vive e que, argumentam, aconselha prudência – prudência essa que só se aplica aos salários e pensões.

O SBN, o MAIS e o SBC defenderam que é exatamente pelo facto de trabalhadores e reformados estarem já a sofrer diariamente os impactos económicos das tensões no Médio Oriente, como o aumento dos preços, que é urgente chegar a acordo para o processamento de aumentos justos, que evidentemente não são de 2%.

O SBN, o MAIS e o SBC esperam que as IC ponderem seriamente e revejam a sua proposta, para que rapidamente se processem os aumentos. Os bancários merecem e precisam.



Linha de crédito para manuais escolares, cadernos de atividades...

Conforme tem sido habitual nos anos anteriores, o SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal vai ajudar os associados na aquisição de manuais escolares e cadernos de atividades para os filhos ou netos que estejam a frequentar o ensino básico ou secundário, através de uma linha de crédito cujo pagamento será efetuado de forma fracionada e sem qualquer despesa.

... e propinas universitárias

Os associados do SBN que ainda estejam na faculdade ou tenham filhos nessas condições, também serão ajudados pelo sindicato, mais uma vez, a fazer face aos encargos, através de uma linha de crédito cujo pagamento será efetuado de forma fracionada e sem qualquer despesa.



COMO PROCEDER

Os interessados deverão inscrever-se na Loja de Atendimento do SBN, na Rua Cândido dos Reis, 130, 2º, pessoalmente, através do telefone 223398843, ou pelo email sag@sbn.pt., ali preencher ou entregar o respetivo questionário, bem como apresentar as faturas em nome do aluno.

Protocolos

AUTOMÓVEL E MECÂNICA

Dieselinicta | Porto
Glassdrive | Vila Nova de Gaia

DESPORTO

Apaikam | Maia
Onda Pura Surf Center | Matosinhos
PadeLovers | Matosinhos
Gabineski Gym | Porto
Centro Aventura Park | Ponte da Barca

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Bristol School Instituto de Línguas | Maia
Happy Code | Nacional

TURISMO E RESTAURAÇÃO

Casa da Boa Vista em Viadal | Vale de Cambra
Hotel dos Templários | Tomar
Aquénio do Ouriço | Sernancelhe
Campo do Rosmaninho | Castelo Branco

Protocolos



Segue informação relativa a alguns dos Acordos celebrados e/ou reformulados, até ao momento, com Entidades Prestadoras de serviços de saúde. Nas próximas edições daremos continuidade à publicação de novos Protocolos para atualização desta rubrica.

DELEGAÇÃO DO SBN - PENAFIEL

MARCO DE CANAVESES

Trofa Saúde - Hospital da Trofa S.A.
Rua 5 de Outubro- Edf. Marco Shopping-Piso 4
Tel. 255100800 | NIF: 504928716

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Diversas especialidades

· Serviços Especiais
Diversas especialidades

· Tratamentos
Enfermagem / Escleroterapia

· Intervenções Cirúrgicas
Cirurgia Ambulatório

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos
Análises Clínicas
Exames de Gastroenterologia - Endoscopia/Colonoscopia
Provas Funcionais Respiratórias
Eletrocardiograma
Ecocardiograma
Eco Doppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Exames Ecográficos
Radiologia
Mamografia
Densitometria Óssea
TAC
OCT (Tomografia Ótica Coerente)

DELEGAÇÃO DO SBN - PORTO

ERMESINDE

Viver Melhor – Cl. Med. Enfermagem Fisioterapia – Unip.Lda.

Av. João Deus, nº 546 | Ermesinde
Tel. 224061214 | NIF: 513094547

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Med. Geral e Familiar
Cardiologia
Doenças Infecciosas
Ginecologia/Obstetrícia
Medicina Interna
Oncologia
Viajante

· Medicina Dentária
Estomatologia/Dentisteria
Implantologia
Ortodontia
Próteses Dentárias

· Outras valências
Nutrição
Podologia
Psicologia
Psicoterapia
Terapia da Fala

· Tratamentos
Enfermagem
Fisioterapia

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos
Eletrocardiograma
Ecocardiograma
Eco Doppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Tac Dental Scan

SÃO MAMEDE INFESTA

Lopes Machado & Associados, Med. Integrada, Lda.
Rua José Coutinho, nº 20-1º, Sl. 7 - São Mamede Infesta
Tel. 229011881 | NIF: 505269686

Serviços clínicos contratualizados

· Medicina Dentária
Estomatologia/Dentisteria
Implantologia
Ortodontia
Próteses Dentárias

SANTO TIROSO

Trofa Saúde Hospital da Trofa, S.A.
Rua dos Trabalhadores do Arco, Lote 1 - Santo Tirso
Tel. 252600800 | NIF: 504928716

Serviços clínicos contratualizados

· Consultas de Especialidade
Diversas especialidades

· Serviços Especiais
Diversas especialidades

· Tratamentos
Enfermagem
Escleroterapia
Fisioterapia

· Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos

Análises Clínicas
Audiograma tonal e vocal
Timpanograma;
Eletrocardiograma
Ecocardiograma
Eco Doppler Cardíaco
Mapa
Prova de Esforço
Registo de Holter
Exames Ecográficos
Exames vasculares (Dopplers)
Mamografia
Polissonografia
Radiologia
Densitometria óssea
TAC
Ressonância Magnética
Tomografia de Coerência Ótica
Provas Funcionais Respiratórias
Provas Sensibilidade cutânea

· Serviço de atendimento permanente
SAP – Adulto
SAP - Pediátrico

· Intervenções Cirúrgicas
Cirurgia ambulatória
Cirurgia c/ internamento

REstante ÁREA TERRITORIAL

COVILHÃ / SILVARES - FUNDÃO

CLÍNICA DENTÁRIA TEODÓZIO, LDA.
Largo Centro Cívico, nº 17-2º-Edif. Sporting | Covilhã
Tel. 275313417
Av. do Brasil, nº 15- R/ Ch. - Silvares | Fundão
Tel. 965112950
NIF: 502265680

Serviços clínicos contratualizados

· Medicina Dentária
Estomatologia / Dentisteria
Ortodontia
Próteses Dentárias

Procedimentos

Procedimentos a observar junto do prestador – Acessibilidade – Encargos

Consultas de especialidade
Consulta médica no domicílio
Meios complementares de diagnóstico e terapêuticos
Tratamentos clínicos
Enfermagem, Fisioterapia...
erviço de atendimento permanente

Beneficiários titulares e familiares com plenos direitos, e pensionistas

Não há lugar à liquidação ao prestador de quaisquer serviços clínicos, sendo posteriormente faturado ao beneficiário, pelo SAMS SBN, o encargo regulamentar.

Beneficiários e familiares titulares de outros subsistemas de saúde (ADSE...)

Caso o prestador não disponha de convenção com o subsistema, deverá o beneficiário liquidar o valor integral da tabela contratualizada com o SAMS SBN, submetendo o recibo da despesa ao subsistema. Para obtenção da comparticipação complementar pelo SAMS SBN, o beneficiário deverá apresentar fotocópia do recibo ou da fatura-recibo juntamente com a declaração de reembolso, emitida pelo respetivo subsistema de saúde.

Procedimentos cirúrgicos com ou sem internamento de Medicina

Beneficiários titulares e familiares com plenos direitos, do SBN

Após submissão do pedido de autorização, é emitido o Termo de Responsabilidade pelo SAMS SBN – Mod. 58. Não há lugar à liquidação ao prestador dos serviços clínicos autorizados, sendo posteriormente faturado ao beneficiário, pelo SAMS SBN, o encargo regulamentar.

Beneficiários titulares e familiares não associados do SBN, titulares de outros subsistemas de saúde, e pensionistas

Após submissão do pedido de autorização, é emitido o Mod. 87 – Declaração. O beneficiário liquida o valor integral da tabela contratualizada com o SAMS SBN, apresentando posteriormente, nestes serviços, a documentação necessária para obtenção da comparticipação. Para obtenção de comparticipação complementar pelo SAMS SBN, os beneficiários titulares de outros subsistemas deverão apresentar as fotocópias dos documentos e relatórios, acompanhadas da declaração de reembolso, emitida pelos subsistemas de saúde.

Medicina dentária

Estomatologia
Dentisteria
Implantologia
Ortodontia
Próteses dentárias

Beneficiários titulares e familiares com plenos direitos, e pensionistas

O beneficiário liquida integralmente ao prestador os serviços clínicos pelo valor convencionado com o SAMS SBN, submetendo posteriormente, nestes serviços, os recibos das despesas, para obtenção da comparticipação regulamentar.

Beneficiários familiares titulares de outros subsistemas de saúde (ADSE...)

Caso o prestador não disponha de convenção com o subsistema de que o beneficiário é titular, deverá este liquidar o valor integral da tabela contratualizada com o SAMS SBN. O beneficiário deverá remeter o recibo da despesa ao subsistema, para reembolso. Para obtenção da comparticipação complementar pelo SAMS SBN, deverá apresentar fotocópia do recibo, acompanhada da declaração de reembolso, emitida pelo subsistema de saúde.

Utente do SAMS SBN

O utente liquida integralmente ao prestador os serviços clínicos, pelo valor convencionado com o SAMS SBN.

Notas

Acessibilidade – No ato de prestação dos serviços clínicos pelo prestador, o beneficiário deverá apresentar, obrigatoriamente, o Cartão de Beneficiário/ Utente do SAMS SBN, juntamente com outro documento de identificação (Cartão de Cidadão ou outro, com fotografia).

As consultas de Homeopatia, Osteopatia, Nutrição, Podologia, Psicologia, Psicoterapia, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional (e os demais serviços definidos com o prestador) implicam a liquidação por parte de todos os beneficiários e utentes, pelo valor integral convencionado com o SAMS SBN.

NÚCLEO DE FOTOGRAFIA DO SBN

Núcleo de Fotografia convida associados e familiares a juntarem-se ao grupo

O Núcleo de Fotografia do SBN, em atividade há mais de 45 anos, é o grupo de fotografia mais antigo em funcionamento no país. Atualmente conta com nove elementos e mantém uma atividade regular e reconhecida pela qualidade artística.

O núcleo é composto por fotógrafos com vasto conhecimento na área e com um percurso rico em exposições a nível nacional. Ao longo das últimas décadas, apresentou trabalhos em diversos espaços emblemáticos da região norte, incluindo o Mercado Ferreira Borges, a Quinta de Santo Inácio, o Multimeios de Espinho, o Palácio do Freixo e a Casa da Cultura Manuel Lueiro Rey. O grupo esteve também presente em vários centros comerciais da Sonae e realizou formações em fotografia analógica e digital. Muitas das obras foram premiadas em concursos nacionais, reforçando o prestígio do coletivo.

Todos os meses, o núcleo apresenta, no auditório do SBN, uma exposição de tema livre, sendo que na primeira quarta-feira de cada mês exhibe uma mostra com tema específico. As reuniões regulares decorrem às quartas-feiras, promovendo um espaço de partilha, aprendizagem e criatividade.

O grupo mantém ainda ativo um laboratório de revelação de fotografia a preto e branco, que pode ser visitado pelos interessados em conhecer este processo artístico tradicional. O núcleo convida



os associados e respetivos familiares a juntarem-se a esta comunidade apaixonada pela arte fotográfica. Seja para aprender, partilhar ou simplesmente apreciar, aquele é um espaço aberto a quem valoriza a fotografia como forma de expressão e de cultura.

ÓRGÃOS CONSULTIVOS

Mosteiro da Batalha, Mosteiro de Alcobaça e Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

No dia 26 de setembro, o SBN proporcionará aos associados e respetivos agregados familiares uma visita livre aos mosteiros da Batalha e de Alcobaça, bem como ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

O Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça é a primeira obra plenamente gótica erguida em solo português, cuja construção data de 1178 pelos monges da Ordem de Cister.

É o monumento memorial da Batalha de Aljubarrota e panteão régio, cuja construção teve início em finais do século XIV com o patrocínio

de D. João I, sendo o mais significativo edifício do gótico português. O Centro de Interpretação é um espaço museológico que tem como objetivo o estudo do campo de Batalha de Aljubarrota, ocorrida em 1385, bem como a divulgação histórica, do tempo, dos factos e das ficções do século XIV.

A iniciativa só se realiza com um mínimo de 35 e um máximo de 55 inscrições, que deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento, Rua Cândido dos Reis, 130, 2º, local onde poderão ser obtidas mais informações até ao 18 de setembro, inclusive.



Para mais informações sobre os eventos organizados pelos Órgãos Consultivos, bem como sobre as respetivas inscrições, deve ser contactada a Loja de Atendimento do SBN, Rua Cândido dos Reis, 130, 2º, através dos telefones 223398800/05/09/43/48, ou do email sag@sbn.pt.

PÔE-TE A ANDAR PELA TUA SAÚDE...

98ª caminhada Gralheira – Bustelo – Almofala – Castro Daire

No dia 11 de julho, o SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro realizou a 98ª caminhada, que teve como cenário um percurso com passagem por Gralheira, Almofala, Bustelo e Castro Daire. Tendo em atenção a distância a percorrer e com o fim de que os par-

ticipantes pudessem auferir e admirar as paisagens, o percurso foi dividido em duas etapas - uma de manhã, de aproximadamente quatro quilómetros, e uma outra de tarde, pela zona ribeirinha, com cerca de dez quilómetros. Participaram no evento 58 pessoas.



99ª caminhada Trilho dos Lagos do Sabor e Santuário Santo Antão da Barca

A 99ª caminhada "Põe-te andar pela tua saúde", terá lugar no dia 12 de setembro, no Trilho dos Lagos do Sabor e Santuário de Santo Antão da Barca, em Alfândega Fé, num percurso linear, de dificuldade média e de aproximadamente quilómetros, com o acompanhamento de Sónia Vieira, técnica do Serviço de Turismo da Câmara Municipal de Alfândega Fé, coadjuvada pelo colaborador do SBN Francisco Barros, do BST.

O percurso permite observar paisagens de cortar a respiração sobre os Lagos do Sabor, onde se pode observar o azul da água da albufeira e

o verde dos zimbros, bem como, com alguma sorte, avistar várias aves de rapina.

Os participantes poderão ainda usufruir de uma vista sobre o Rio Sabor, a Ponte Sardão-Meirinhos e o Lago dos Santuários, ao longo do passeio.

A iniciativa só se realiza com um mínimo de 35 e um máximo de 55 inscrições, que deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento até 4 de setembro.

— VISITAS "A PAR E PASSO" —

Trilho da Levada Víbora Abadim – Cabeceiras de Basto

No dia 16 de maio realizou-se um percurso pedestre circular, sinalizado e moderado, de cerca de nove quilómetros, denominado "Trilho da Levada de Víbora", em Abadim, Cabeceiras de Basto, que percorreu quase toda a Levada da Víbora e que passou ainda pelo núcleo dos Moinhos de Rei, respetivo parque de lazer e imediações da aldeia de Busteliberne, tendo merecido a presença de 66 pessoas, entre associados do SBN e respetivos agregados familiares.

Este percurso pedestre natural, paisagístico, cultural e rural, com elevado interesse ambiental e marcadamente bucólico, combina paisagens deslumbrantes, história e biodiversidade, proporcionando uma experiência única e memorável, tendo sido orientado pelo associado do SBN Nuno Barroso Barreto (Abanca – Fafe), coadjuvado por Francisco Barros.

Trilho da Levada da Víbora

É um percurso pedestre que combina paisagens deslumbrantes, história e biodiversidade, proporcionando uma experiência única e memorável. Começa junto à Barragem do Oural, na freguesia de Abadim, em Cabeceiras de Basto, um ponto de partida encantador para uma caminhada inesquecível.

A primavera e o outono são as melhores épocas para percorrer este trilho, quando a paisagem ganha cores vibrantes e o clima se torna mais ameno.

Ao longo do percurso, junto à antiga levada, um sistema de irrigação que outrora foi essencial para os icónicos Moinhos de Rei. Cuja construção remonta ao reinado de D. Dinis, que promoveu a indústria da moagem em Portugal.

A área de lazer de Moinhos de Rei proporciona aos seus visitantes, para além do usufruto do parque de merendas, um posto de fomento cinegético (com perdizes e codornizes), um cercado de veados, que visa a reintrodução do veado na Serra da Cabreira e obviamente, vários locais com vistas panorâmicas.



8º Cruzeiro no Rio Douro Porto – Régua – Porto

A Comissão de Juventude levou a efeito, no dia 28 de abril, a 8ª edição do Cruzeiro no Rio Douro, com subida de barco e descida de comboio, que teve a participação de 72 pessoas, entre associados e respetivos agregados familiares.



2ª mariscada na Ria de Arousa: visita à praia Lanzada e ilha da Toxa

A Comissão de Juventude promoveu, no dia 20 de junho, uma visita à praia da Lanzada, que incluiu uma mariscada a bordo, na ria da Arousa e uma visita à ilha da Toxa. O evento teve a participação de 50 pessoas.



— PERCURSOS CULTURAIS —

"À descoberta da identidade portuense"

62ª edição...

De S. Roque da Lameira a Campanhã História, Lendas e Património

No dia 11 de abril teve lugar a 62ª edição dos Percursos Culturais, com visita guiada pelo professor Joel Cleto, intitulada "De S. Roque da

Lameira a Campanhã – História, Lendas e Património". Participaram 40 pessoas.



...63ª...

A Romaria da Senhora da Hora e a Quinta de S. Gens

No dia 2 de maio realizou-se a 63ª edição dos Percursos Culturais: mais uma visita guiada pelo professor Joel Cleto, intitulada "A Romaria da Senhora da Hora e a Quinta de S. Gens".

Os associados e respetivos agregados familiares foram desafiados para um percurso que dá a conhecer as origens, a história e as curiosas características daquela que, nos finais do século XIX, era ainda considerada

uma das três maiores romarias da região, indissociável das propriedades "mágicas e casamenteiras" da Fonte das Sete Bicas.

A proteção à maternidade, igualmente evocada através da imagem que garante uma "boa horinha" às parturientes, levou também os 25 participantes a conhecer um pouco melhor a vizinha quinta de S. Gens, junto à Circunvalação.



... 64ª ...

Os Santos Padroeiros do Porto. Da Sé a Miragaia.

No dia 13 de junho, realizou-se a 64ª edição dos Percursos Culturais, guiada pelo professor Joel Cleto, intitulada "Os Santos Padroeiros do Porto. Da Sé a Miragaia".

Em vésperas de S. João, já com a cidade a cheirar a alho porro e manjerico, os caminhantes puderam percorrer o centro histórico do Porto, desde a Sé até Miragaia, saboreando as histórias e as lendas dos santos padroeiros da cidade.

Apesar de S. João ser a "estrela" da tarde e o santo mais popular do Porto, a verdade é que não é ele, e nunca foi, o padroeiro local.

Foi pretexto, também por isso, para fazer uma busca, não só dos vestígios e das marcas da atual padroeira – Nossa Senhora da Vandoma –,

mas também de S. Vicente, que teve esse papel entre o século XII e o XVI, e de S. Pantaleão, que foi o padroeiro desde o século XVI até aos finais do século XX.

Aos 20 associados do SBN e seus agregados familiares, participantes na caminhada, que se desenrolou ao longo de algumas das mais tradicionais e populares artérias do centro histórico – como o Terreiro da Sé, o Miradouro dos Grilos, a Rua de Santana, a Rampa de Penaventosa, as ruas das Aldas, Banharia e Mercadores, a Praça da Ribeira, a Rua da Reboleira, os arcos de Miragaia e a Rua Arménia –, foi-lhes, assim, possível tomar conhecimento de algumas lendas e factos históricos daquela zona da cidade.



... 65ª ...

A Arca d'Água e a Romaria da Senhora da Saúde

Em 8 de agosto realizou-se a 65ª edição dos Percursos Culturais, superiormente conduzida pelo professor Joel Cleto e intitulada "A Arca d'Água e a Romaria da Senhora da Saúde".

Em plenas festas, no meio dos carrosséis e farturas, o historiador conduziu o grupo pela história e pelo valor patrimonial do jardim, com

referências aos túneis subterrâneos que conduzem as águas, ali nascentes, até ao centro do Porto. O percurso passou ainda pelo Campo Lindo e terminou no Parque do Covelo, com relevantes episódios do cerco do Porto e do combate à tuberculose.

O evento teve a participação de 20 pessoas.



COMISSÃO DE QUADROS E TÉCNICOS

... e 66ª

O Santuário do Bonfim e as Festas de Santa Clara

A 66ª edição dos “Percurso Cultural”, intitulada “O Santuário do Bonfim e as Festas de Santa Clara”, tem como objetivo prosseguir o itinerário em torno das festas e romarias da cidade e da região.

Nesta sessão o Prof. Joel Cleto, dará a conhecer as origens e história(s) uma das mais famosas festas e romarias da região do Porto, rumando ao Bonfim para conhecer as origens desta imponente igreja do Porto, mas também da devoção a Santa Clara que está na génese das festas

que lhe são consagradas e que ali têm lugar, anualmente, no início de setembro.

As inscrições – com um mínimo de 35 e o máximo de 55 – deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento do SBN (Rua Cândido dos Reis, 130-2º, 4050-151 Porto) até 28 de agosto de 2026.

Para mais informações contactar a Loja de Atendimento do SBN, através do telefone 223 398 843 ou sag@sbn.pt.

Visita cultural guiada ao Cemitério de Agramonte

Por razões que se prendem com o estado do tempo, a visita guiada prevista para o dia 9 de maio ao cemitério de Agramonte, foi adiada, para o passado dia 17 de maio.

Como dissemos na passada edição, o cemitério de Agramonte, não sendo o cemitério mais antigo do Porto, é o que contém maior número de monumentos, alguns dos quais excecionais mesmo a nível internacional, pelo que o SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, fez jus, apesar do tempo incerto, em ali promover, uma visita guiada orientada pelo prof. Francisco Queiroz, um especialista nesta área cultural.

Nesta visita estiveram presentes 25 pessoas.



Prof. Dr. Francisco Queiroz

Doutor em História da Arte pela Universidade do Porto, investigador do CHAM Açores e colaborador da Rede de Investigação em Azulejo.

É também membro da Direção do CEPESE, onde concluiu o pós-doutoramento em 2014 sobre Arte Tumular do Romantismo em Portugal, e onde foi coordenador adjunto do grupo de investigação “Património, Cultura e Turismo”. É também diretor da revista científica “RomanthHis”, perito de escrita manual, e o mais experiente formador de Genealogia em Portugal.

Durante quinze anos, foi docente do mestrado integrado em Arquitetura da Escola Superior Artística do Porto, tendo lecionado História da Arquitetura e Urbanismo, História do Urbanismo em Portugal, e alguns módulos sobre Reabilitação. Pontualmente, foi também docente convidado da Universidade dos Açores.



3ª visita cultural guiada ao Cemitério do Prado do Repouso

No dia 7 de junho, teve lugar mais uma visita guiada ao cemitério do Prado do Repouso – a terceira –, que, tal como as anteriores, foi orientada pelo professor Francisco Queiroz, especialista naquela área cultural.

Inaugurado em 1839, o Prado do Repouso foi o primeiro cemitério público do Porto e é considerado um "museu da morte".

Trata-se de um lugar histórico, com várias personalidades ali enterra-

das, e contém monumentos e jazigos importantes, dos quais se destacam a capela, o ossário das freiras do Convento de S. Bento da Avé-Maria e um cruzeiro antigo.

O cemitério é considerado monumento nacional e integra a Rota Europeia dos Cemitérios desde 2010.

A visita teve a participação de 18 pessoas.



O icónico Cemitério da Lapa Solar de Magalhães e Amarante

O Cemitério da Lapa é o mais antigo cemitério privativo católico a funcionar em Portugal. Em termos históricos e estéticos, é também o mais importante de todo o norte do país.

Mesmo não sendo de grande extensão, foram ali erigidos alguns dos primeiros monumentos funerários românticos portugueses, a partir de 1839.

Vários dos mais faustos monumentos serviram de inspiração para construções tumulares noutros cemitérios, ao longo de décadas, mas, desde o seu estabelecimento até finais do século XIX, a Lapa foi o cemitério preferido das elites portuenses.

Já em 1864, o Elucidário do Viajante no Porto concedia "a honra de primeiro lugar a este cemitério, por encerrar ricos jazigos e sumptuosas capellas".

Todavia, devido, essencialmente, à falta de espaço, ao longo de quase todo o século XX assistiu-se a um empobrecimento do cemitério. Ainda assim, quase todos os maiores monumentos tumulares permaneceram praticamente intactos.

O cemitério é, assim, um verdadeiro museu a céu aberto, não só em termos artísticos, mas também no que se refere a várias personalidades ilustres nele sepultadas, desde José Ferreira Borges a Camilo Castelo-Branco.

No dia 19 de abril, a Comissão de Quadros e Técnicos proporcionou uma visita guiada ao local – participaram 35 pessoas –, orientada pelo professor Francisco Queiroz, especialista naquela área cultural.



COMISSÃO DE IGUALDADE

Jardim Buddha Éden - Bombarral

Buddha Éden, o maior jardim do género da Europa, com cerca de 35 hectares, foi o destino de 40 associados e familiares que, no dia 18 de abril, aderiram àquela iniciativa levada a cabo pelo SBN-Sindicato dos

Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, de mais uma visita a tão espetacular jardim, situado na Quinta dos Lorios (que data de 1430), muito perto do Bombarral.



REVISTA À PORTUGUESA

Cármén Miranda – O Musical

Dando satisfação aos vários pedidos que têm sido dirigidos à Comissão de Igualdade, o SBN proporcionou, no dia 6 de junho, aos associados e respetivos agregados familiares – participaram 54 pessoas –, a possibilidade de assistirem ao espetáculo de Filipe La Faria, “Cármén Miranda - O Musical”, em cena no Teatro Politeama, em Lisboa.

Cármén Miranda – O Musical é uma superprodução que celebra a vida e a arte da mais internacional das artistas luso-brasileiras, num espetáculo deslumbrante, cheio de ritmo, cor e emoção.

A menina nascida em Marco de Canaveses em 1909 atravessou o Atlântico ao colo da mãe num barco de carga rumo ao Brasil e transformou-se numa das maiores figuras da História do espetáculo. Foi um verdadeiro fenómeno: relançou a moda do samba, ditou tendências, estilos e o seu célebre turbante de frutas foi imitado por milhares de mulheres em todo o mundo. Foi a primeira estrela luso-brasileira a conquistar o planeta – uma mulher que, sem nunca esquecer as raízes, soube tornar-se eterna. Mais de cem anos depois do nascimento, Cármén Miranda continua a ser uma referência incontornável da música, da moda, da liberdade criativa e da fusão entre culturas. Agora chegou a vez de Filipe La Faria contar a história daquela “Pequena Notável”, como só ele sabe fazer, para o que reuniu um elenco de extraordinários atores, cantores, músicos e bailarinos. apresentando um espetáculo grandioso, cheio de alegria, humor e emoção, com um guarda-roupa deslumbrante e uma cenografia que nos leva aos ambientes por ela vividos.



No âmbito do seu programa de ação e sempre com o apoio da Direção do SBN, a Secção Sindical de Reformados, promove, anualmente diversos eventos, quer culturais quer sociais, desportivos e culturais, destinado não só aos associados reformados, antes abertos a todos os associados do SBN e seus agregados familiares.

Destas organizações temos vindo a dar notícia, quer anunciando o evento, quer explanando e retratando o seu desenvolvimento. Neste contexto, aqui deixamos, mais notícias quer do passado quer do futuro da atividade da Secção Sindical de Reformados.

SECÇÃO SINDICAL DE REFORMADOS

DIA DO BANCÁRIO REFORMADO

22º encontro

Decorreu no dia 30 de maio o 22º encontro do Dia do Reformado Bancário do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal (SBN).

O evento foi este ano comemorado na Quinta das Pedras Bem Feitas, em Vila Nova de Paiva, e juntou 113 pessoas, de diferentes gerações

de bancários e respetivos agregados familiares, numa conjugação fraternal, em que as ideias se cruzaram, não faltando, porém, um alerta e um incentivo para uma luta por melhores condições de vida e familiar para todos os trabalhadores bancários.



Dia dos Avós

A celebração do Dia dos Avós é feita através de eventos e de atividades que lhes prestam homenagem.

Netos e filhos presenteiam, simbolicamente, os avós, de forma a agradecer-lhes e a demonstrar-lhes o devido carinho e apreço pelo apoio e dedicação à família, mostrando-lhes, assim, o quanto são importantes para os familiares.

Imbuído desse espírito, o SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor

Financeiro de Portugal associou-se, mais uma vez, à efeméride, com um almoço de confraternização, aberto aos associados e familiares, que teve lugar no dia 25 de julho na Quinta da Ponte, em Cernadelo, Lousada.

A iniciativa, que contou com a participação de 72 pessoas, pautou-se por uma alegre jornada de convívio geracional.



SECÇÃO SINDICAL DE REFORMADOS

Dia do Sénior

No dia 3 de outubro, na Quinta do Lameiro, em Tarouca, Lamego, o SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal vai levar a efeito um evento para comemorar o Dia do Sénior, destinado aos associados e familiares.

Do programa, para além de uma visita livre à cidade de Lamego, faz parte um almoço na Quinta do Lameiro, em Tarouca, seguido de uma tarde dançante com animação musical e um lanche, antes do regresso ao Porto.

A iniciativa só se realiza com um mínimo de 35 e um máximo de 100 inscrições, que deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento do SBN até 18 de setembro.

Poderão ser prestadas mais informações através do telefone 223398843 (chamada fixa nacional), ou do email sag@sbn.pt.



Baiona

Baiona é uma vila situada à beira-mar e que durante séculos concentrou a atividade comercial da região, até que, no final do século XIX, ocorreu o desenvolvimento espetacular de Vigo. A navegação comercial e pesqueira define a agitação da ria de Vigo, vigiada por Baiona, que se assenta junto ao cabo Silleiro. Atendendo ao êxito das visitas anteriores, a Secção Sindical de Reformados realizou, no dia 18 de julho, a terceira visita à localidade, como sempre destinada aos associados do SBN e respetivos agregados familiares., tendo tido a adesão de 59 pessoas.

DIA DO BANCÁRIO REFORMADO

Um dia em Santiago de Compostela

Destinado aos associados e familiares, a Secção Sindical de Reformados vai promover, no dia 5 de setembro, a nona visita a Santiago de Compostela, ponto de encontro entre a fé, a crença e o pensamento ocidental, onde o passado vive de mãos dadas com o presente. Assim se pode caracterizar a capital da Galiza, no noroeste espanhol, cidade que constitui um dos mais conhecidos destinos de uma longa rota de peregrinação – o Caminho de Santiago.

Do programa fazem parte uma paragem em Barcelos, com tempo livre para assistir às cerimónias religiosas, e almoço. No regresso haverá uma paragem em Viana do Castelo. A iniciativa só se realiza com um mínimo de 35 e um máximo de 50 inscrições que, como habitualmente, deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento do SBN, Rua Cândido Reis, 130, 2º. Poderão ser obtidas mais informações,) através do telefone 223398800 ou do email sag@sbn.pt.



DA FICÇÃO À REALIDADE!

Um conto da autoria de Fernando de Sousa

O Divórcio

Após vários anos juntos, a galinha Engrácia resolveu pedir o divórcio ao galo Emílio, por infidelidade, através do Tribunal. Ele achava tal pedido descabido, sem nexos, sempre foi fiel a Engrácia, haviam tido imensos filhos e filhas, que frutificavam a união.

Engrácia, era um pouco ciumenta.

Três jovens frangas, entraram para o galinheiro, pela mão da Dona Miquelina, que juntamente com o seu companheiro André, tomavam conta da quinta.

Tinham vários animais, um burro, três porcos, cinco vacas, várias cabras e ovelhas e dois cães de guarda.

Engrácia, notou que desde a entrada das frangas no galinheiro, o Emílio, do alto do seu poleiro, as catrapiscava. Como resposta aos seus avanços, bicava cada uma delas para as pôr em sentido.

O Emílio acasalou, às escondidas, com uma delas, foi descoberta a sua infidelidade e fez rebentar o conflito. Engrácia não lhe perdoava e pôs o processo de divórcio em andamento.

As discussões continuavam, não havia um dia em que tal não acontecesse. A galinha Engrácia, apesar de estar no choco, não desistia de controlar Emílio.

Constituiu o Porco como advogado, levando como testemunhas, a Cabra e o Burro.

O galo Emílio, não se preocupou com a situação, levando somente a galinha Pitaréu, a mais idosa do galinheiro e que deixara de pôr ovos por muito velha, mas muito sabida.

Foi marcado o Julgamento e todos compareceram em Tribunal no dia marcado

Quando foi aberta a Audiência

O Porco, apresentou-se ao Juiz, cumprimentou-o grunhindo e disse: quanto ao pedido da sua cliente, a Galinha Engrácia.

O Juiz deu início à audiência, chamando cada testemunha da autora e cada uma a seu tempo.

O Juiz chamou a Cabra, perguntando-lhe do que sabia sobre este litígio. Respondeu dizendo, que a Galinha Engrácia era muito sua amiga, até lhe tirava as carraças que a consumiam, mas que do comportamento romântico do Galo Emílio, de nada sabia. Seria melhor perguntar ao Burro, porque este já morava na quinta há mais tempo.

Ouvido o Burro, este disse... que conhecia muito bem a Galinha Engrácia e que esta era, desde há muito tempo, a sua melhor amiga, Libertava-o das moscas sugadoras, que lhe invadiam as orelhas, quando estava deitado à sombra.

Quanto ao Galo Emílio, achava-o um presunçoso, mas não tinha nada contra ele, que o acordava bem cedo, de manhãzinha, para trabalhar,



antes que o sol queimasse. Desatando a rir. De imediato, foi chamado à atenção pelo Juiz, por desrespeito ao Tribunal.

O Juiz chamou a testemunha do Galo Emílio, a única, quando interpelada pelo Meritíssimo, com muita sensatez e ponderação, foi dizendo... que já era uma Galinha Velha e que o tempo lhe tinha dado alguma sabedoria.

Continuou dizendo, que tivera muitos filhos, eles tiveram muitos pais e que não vinha nenhum mal ao mundo por isso.

O Juiz estava admirado com a sua eloquência. E continuando a falar, dizia...

A natureza tem meios para defender a espécie animal. Assim, uma galinha pode ter vários galos durante o seu tempo de vida e um galo pode ter muitas galinhas.

O Juiz bateu com o malhete na mesa, para manter a ordem e deu por encerrada a audiência.

Passado algum tempo, o Juiz reapareceu, os presentes levantaram-se em sinal de respeito.

Ouviu-se o malhete de novo, para poder ler a sua decisão, para proferir a sentença.

Na família dos galináceos, existe a poligamia desde tempos imemoriais, pelo que não dou provimento ao pedido da Galinha Engrácia, terá de conviver com a lei da Natureza e absolvo o Galo Emílio.

Chegados à quinta houve festa de arromba.

As galinhas, uniram-se quase todas, em volta de Engrácia, clamando por justiça.

**A Justiça:
quando é justa para nós,
pode ser injusta para outros!**

Produtividade bancária e os salários dos gestores: onde está a Justiça

Por João Pires

No setor bancário, vivemos um paradoxo que os relatórios e contas tentam, por vezes, esconder atrás de rácios de eficiência e margens financeiras. Recentemente, a análise do desempenho dos cinco maiores bancos a operar em Portugal — que somaram lucros de 1.279 milhões de euros apenas no primeiro trimestre de 2026 — coloca uma questão incontornável: como se explica a disparidade entre a produtividade de quem trabalha e a remuneração de quem gere?

A inversão da lógica

Os dados revelam uma realidade inquietante. Enquanto a produtividade média por trabalhador atinge picos de 144 mil euros anuais em instituições como a Caixa Geral de Depósitos (CGD), observamos que o topo da pirâmide — os CEOs — frequentemente recebe remunerações que não guardam qualquer relação de proporcionalidade com este desempenho operacional. Por outro lado, bancos como o BCP, que apresentam indicadores de produtividade por trabalhador significativamente mais baixos (cerca de 33 mil euros anuais), persistem em políticas de remuneração para os seus quadros de gestão executiva que se encontram entre as mais elevadas do setor. O caso do BCP, com remunerações de topo que atingem 1,5 milhões de euros para o CEO, apresenta um claro desafio de gestão: se esta fosse focada na verdadeira eficiência, a remuneração estaria ancorada num rácio de produtividade que não penalizasse quem gera valor real ao balcão.

O mito da eficiência unilateral

O rácio cost-to-income — que na CGD se situa nos 30% — é utilizado pelas administrações como um "padrão ouro" de eficiência. Contudo, o que os lucros recorde do setor demonstram é que, para o acionista, os bancos estão "mais eficientes do que nunca", mas essa eficiência é calculada sobre custos que incluem, quase sempre, a estagnação salarial e a redução

de efetivos. Enquanto o setor alcançou lucros diários médios de 14 milhões de euros em 2025, o descontentamento sindical persiste. O cost-to-income tornou-se a "cobertura" técnica para que as administrações aleguem que "não há margem" para aumentos ou contratações, ignorando que a margem de manobra é imensa perante tal sucesso financeiro.

A responsabilidade da gestão

A produtividade não é um atributo isolado do trabalhador, mas uma consequência da estratégia e dos processos impostos pela gestão. Se trabalhadores de bancos com baixa produtividade fossem integrados numa estrutura como a da CGD, a sua produtividade provavelmente subiria, não por esforço extra, mas pela melhoria do ecossistema, ferramentas e liderança. Esta proporção inversa é a prova de uma falha de gestão. Se a gestão se orgulha de rácios de 30%, essa eficiência deve traduzir-se num novo pacto laboral, onde a produtividade seja compensada por uma remuneração que não esteja em "proporção inversa" à dos CEOs.

O apelo

Como bancários, não aceitamos que a justificação para salários astronómicos dos CEO's seja o "desempenho da empresa", quando os lucros são atingidos à custa do sacrifício de quem está na base, sob pressão comercial crescente e falta de meios. Ao escrever este artigo, utilizei o rácio de 30% da CGD como o "padrão ouro" que as gestões de outros bancos tentam atingir à custa da pressão laboral, questionando: "Se o banco é tão eficiente, por que é que o trabalhador, que é a base desse rácio, continua a ser a variável de ajuste?".

A luta pela dignidade laboral e pela justiça salarial continua.



O ESTADO DA UNIÃO BANCÁRIA E A OFENSIVA REFORMISTA: Análise profunda da Legislação Laboral e dos impasses no setor financeiro (2023-2026)

Por João Pires

O panorama laboral em Portugal atravessa um momento de tensão sem precedentes. Entre a consolidação da Agenda do Trabalho Digno de 2023 e a ameaça do anteprojeto "Trabalho XXI" em 2026, os trabalhadores bancários enfrentam uma disputa existencial contra a erosão de direitos consolidados num setor de lucros recorde.

A herança de 2023: avanços sob pressão

A Lei n.º 13/2023 prometia combater a precariedade. No setor bancário, trouxe avanços na parentalidade e proteção de cuidadores. As compensações por cessação de contrato subiram, por exemplo, de 18 para 24 dias nos contratos a termo. Contudo, as instituições de crédito (IC) reagiram com interpretações restritivas, forçando rescisões por mútuo acordo sob pressão.

Trabalho XXI: a ofensiva da flexibilidade

O anteprojeto "Trabalho XXI", apresentado em 2025, é visto pelos sindicatos como uma ruptura e não uma reforma. Propõe o alargamento do período experimental para um ano, condenando os jovens bancários a doze meses de incerteza. Além disso, ressuscita o banco de horas individual, permitindo que a hierarquia pressione o trabalhador a abdicar da sua vida familiar em prol de objetivos comerciais asfixiantes.

Pontos de discórdia inultrapassáveis na Concertação Social

Até maio de 2026, a distância entre o Governo/Patronato e os Sindicatos tornou-se um abismo. A UGT identificou nove pontos críticos que impedem o consenso sobre o "Trabalho XXI":

- **Regresso do banco de horas individual:** Uma liberalização selvagem do horário.
- **Eliminação da reintegração:** Substituir a reintegração por indemnização em despedimentos ilegais facilita a "limpeza" de quadros sindicalizados.
- **Alargamento dos serviços mínimos:** Tentativa de asfixiar o direito constitucional à greve.
- **Alteração de categoria com perda de retribuição:** Ataque direto à estabilidade salarial.
- **Caducidade facilitada:** Extinção rápida de contratos coletivos para forçar a perda de direitos.
- **Outsourcing desregulado:** Substituição de bancários de carreira por mão-de-obra barata.



- **Contratos a termo:** Aumento da duração máxima para três anos, institucionalizando a precariedade.
- **Restrições à atividade sindical:** Limitações ao exercício de direitos dentro das empresas.
- **Falta de valorização do trabalho:** Ausência de reposição do valor de horas extra e descanso.

Pilares de Resistência e o Futuro

Perante este cenário, o movimento sindical (MAIS, SBC e SBN) estabeleceu três pilares inegociáveis para o futuro imediato:

1. **Valorização real de salários e pensões:** Exigimos um aumento de 5,7% e a Tabela Única. É inaceitável que reformados vivam com valores próximos do salário mínimo (920€ em 2026) enquanto os bancos reportam dividendos recorde.
2. **Blindagem da contratação Ccoletiva:** Rejeitamos a inversão do Princípio do Tratamento Mais Favorável. Não permitiremos que a lei geral seja usada para baixar o padrão de direitos conquistados no ACT, como o SAMS e as diuturnidades.
3. **Humanização da tecnologia:** Com a IA a decidir promoções e rescisões, exigimos transparência algorítmica e o direito ao desligamento efetivo para proteger a saúde mental.

A Greve Geral de dezembro de 2025 demonstrou a unidade da classe. Se o Governo avançar sem consenso e as IC persistirem em propostas salariais residuais (1,5% a 2%), a resposta será a intensificação da luta.

Trabalhos Citados (Seleção)

1. Agenda do Trabalho Digno – alterações à legislação laboral - APCER
2. Agenda do Trabalho Digno: saiba o que muda na lei – Montepio
3. Agenda Trabalho Digno – Compensação por cessação de contrato – TOConline
4. Reforma do Código do Trabalho em Portugal 2026 – Sage Advice
5. "Reforma profunda" da lei laboral – RHmagazine

6. Anteprojeto "Trabalho XXI" | Secretário-Geral da UGT – UGT
7. Que reforma é esta?! – Mais Sindicato
8. Inteligência Artificial (IA) e Segurança e Saúde no Trabalho – CGTP-IN
9. Princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador – Diário da República
10. Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva – PCP



A quem eu canto

Por Joaquim Araújo

Eu canto ao criador, neste mundo me lançou
E canto à minha mãe que na terra me amou

Canto a meu pai e meus filhos e à minha mulher amada
E também aos empecilhos que me estragaram a estrada

A meus irmãos também canto, a cunhados e cunhadas
A sobrinhos e sobrinhas, afilhados e afilhadas

Também canto a minhas netas, meninas muito queridas,
Canto para os meus amigos e também minhas amigas

Também canto às estrelas e canto para o luar
E p'ra quem gostar delas e me quiser escutar

Canto à terra canto ao mar, canto a todo o Universo
A todos quero cantar, de nenhum deles me esqueço

E cantarei para os meus netos que também irão chegar
E já chegaram dois

No princípio era o caos

Por Sílvia Martins

No princípio era o caos e o mistério
E, nessa confusão elementar
Onde tudo era prematuro,
A cor, a forma, o tempo em gestação,
As leis que regem o pulso universal,
Erravam numa outra dimensão
A cumprir nos segredos do futuro.
No plasma informe que rolava
No fundo dos abismos proibidos,
Cada coisa a si mesma se criava
Sem códigos que estavam abolidos.
Quando, nesta vontade de saber,
Agora, curioso, me investigo
Na difícil procura da verdade,
Vislumbro bem no fundo do meu ser
Vestígios desse estado primitivo
Precedente da minha humanidade.

ÚLTIMAS

O que os outros dizem

Com a devida vénia, e por considerarmos de interesse para os trabalhadores associados do SBN, transcrevemos a notícia subscrita por António Cotrim na Lusa.

A UGT apelou hoje à valorização da Concertação Social, condenando o que diz serem ataques sem respeito pelas diferenças e afirmando que o fórum que reúne Governo e parceiros sociais não se esgota na negociação salarial.

António Cotrim - Lusa

A UGT apelou hoje à valorização da Concertação Social, condenando o que diz serem ataques sem respeito pelas diferenças e afirmando que o fórum que reúne Governo e parceiros sociais não se esgota na negociação da lei laboral.

A posição da central sindical, assumida num comunicado emitido hoje, surge um dia depois de o primeiro-ministro, Luís Montenegro, ter afirmado, a propósito da reforma laboral, que o país precisa de "sindicalistas com arrojo".

A UGT diz esperar que o capital acumulado pela Concertação Social ao longo das últimas décadas "não seja desperdiçado ou fragilizado com ataques que apenas revelam a não aceitação da legítima diferença".

No comunicado, a UGT não faz qualquer referência explícita às palavras de Montenegro, que na véspera, enquanto presidente do PSD no encerramento da 15.ª Universidade Europa, em Porto de Mós, Leiria, criticou os "sindicatos do século XX" e considerou que o país não precisa "de estruturas que funcionam com os enquadramentos do século XX, para serem competitivos no século XXI".

O texto da UGT começa, no entanto, por referir que "a UGT tem assistido às declarações públicas de responsáveis políticos e parceiros sociais nos últimos dias" na sequência do fim das negociações das alterações à legislação laboral em sede de Concertação Social, na semana passada.

"A UGT deve recordar que a Concertação Social, enquanto espaço de construção de consensos e compromissos, é fundada na diferença de quem representa interesses diversos, ainda que não necessariamente divergentes", escreve a central liderada por Mário Mourão.

"A Concertação Social existe há décadas e tem sabido viver com e sem acordos em múltiplos processos negociais, mantendo um capital de confiança e de respeito institucional que permitiu sempre continuar a trabalhar em prol dos trabalhadores, das empresas e do país", nota.

A central promete continuar a desempenhar um papel no diálogo na Concertação Social, recordando "que o trabalho da Concertação Social não se esgota na legislação laboral" e apelando a que todos continuem "sentados à mesa com o objetivo de encontrar soluções para os problemas reais do país". "É isso que se espera da Concertação Social. É esse o papel que a UGT continuará a desempenhar", garante.

As negociações sobre a reforma das leis do trabalho terminaram na passada quinta-feira, 07 de maio, sem um entendimento entre o Governo e os parceiros sociais, com a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, a acusar a UGT de ter sido intransigente e de não ter cedido "em nenhum ponto" e com a central sindical liderada por Mário Mourão a acusar o executivo de ter minado a confiança nas negociações com um "constante avanço e recuo" nas suas propostas.

— Falecimentos —



Cândido Pinto

Da UGT de Braga, recebemos, através do seu Presidente a Nota de Pesar que a seguir transcrevemos e com a qual a Nortada se solidariza.

“Nota de Pesar

É com profundo pesar que assinalamos o falecimento, no passado dia 22 de março, do Cândido Pinto, dirigente sindical do SBN e Conselheiro da UGT Braga. Cândido Pinto foi, ao longo da sua vida, um exemplo de dedicação à causa sindical, pautando a sua intervenção pela defesa dos trabalhadores, pelo sentido de responsabilidade e por um compromisso firme com os valores da justiça social. A sua ação deixou marca nas estruturas onde exerceu funções e junto de todos aqueles com quem trabalhou. Mas para além do dirigente, recordamos a pessoa. O Cândido foi sempre um homem alegre, de trato fácil, sempre pronto a partilhar uma palavra amiga, ou uma anedota, que quebrava a seriedade dos momentos mais exigentes. A sua boa disposição, aliada a uma genuína preocupação pelos outros, tornava-o uma presença única e profundamente humana.

A sua partida deixa um vazio difícil de preencher, não apenas no movimento sindical, mas também entre todos os que tiveram o privilégio de o conhecer e com ele conviver. Neste momento de dor, endereçamos à família, amigos e companheiros de luta as mais sentidas condolências.

A memória de Cândido Pinto permanecerá viva no exemplo que nos deixa.

Braga, 22 de abril de 2026

O Presidente da UGT – Braga, Vítor Sampaio”



Hernâni Gonçalves

Hernâni Gonçalves partiu para o Oriente Eterno, no passado dia 21 de novembro.

Homem de convicções e trabalho, Hernâni Gonçalves foi, enquanto sindicalista, defensor dos direitos dos trabalhadores bancários, tendo, para além da sua participação nos congressos e nos conselhos gerais, integrado vários elencos diretivos do SBN.



Rosa Maria

A Rosa Maria, deixou-nos...

Esta companheira fez parte das estruturas laborais das instituições em que trabalhou – primeiro no BPA e, posteriormente, no BCP –, onde foi sucessivamente eleita para a Comissão Sindical e para a Comissão de Trabalhadores. Mulher de convicções, leal e companheira, mesmo depois de reformada não deixou de participar ativamente na vida sindical, fazendo parte do Conselho Geral do SBN e da Secção Sindical dos Reformados. Mulher “de armas”, nunca deixou ninguém para trás...

Devemos-lhe todos, um sentido obrigado.

Que descanse em paz.

Adeus, companheiros...

A estes três companheiros de muitas lutas, os Corpos Gerentes do SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, a Direção da Nortada e eu próprio, não podemos deixar de enaltecer a sua abnegação em prole dos trabalhadores bancários, em particular, e dos portugueses, em geral.

Às famílias enlutadas e aos seus amigos, apresentamos as mais profundas condolências.

Para eles, um até sempre, companheiros...



Novóptica com serviços para todo o público

Agora também aos sábados de manhã



A Novóptica funciona no piso térreo do edifício da Rua de S. Brás, numa clara e evidente vantagem para os beneficiários do SAMS e para todo o público que pretenda usufruir dos excelentes preços ali praticados.

Representando praticamente todas as grandes marcas mundiais de

armações e de lentes – quer medicinais quer de lazer –, a Novóptica é, assim, uma instituição que, mercê de uma política de preços concorrenciais, a coloca numa posição invejável de mercado.

As renovadas instalações tornaram-se, agora, ainda mais confortáveis para todos os utentes.

AVEIRO

Rua Engº Von Haff, nº 9/11
Tel.: 234 403 830 | Email: aveiro@sbn.pt



PORTO

Rua de S. Brás, 444
Tel. 225 071 612 | Email: sbn@sbn.pt